

COMBUSTÍVEIS Relator do texto no Senado, Fernando Bezerra discute pauta com representantes dos estados

Projeto que limita ICMS pode ser votado semana que vem

MARCELO BRANDÃO
Agência Brasil, Brasília

O senador Fernando Bezerra (MDB-PE) teve ontem mais uma rodada de conversas com representantes dos secretários de Fazenda dos estados sobre a possibilidade de limitar a aplicação de alíquota do imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre bens e serviços relacionados a combustíveis, gás natural, energia elétrica, comunicações e transporte coletivo.

Bezerra é relator do Projeto de Lei Complementar (PLP) 18/2022, que trata desse tema e foi aprovado na Câmara. Um dos consensos saídos da reunião foi a possibilidade de votar o PLP 18 antes do dia 14.

"Eles [os secretários de Fazenda] preferem avançar no entendimento para que o relatório que a gente venha a

produzir possa ser apreciado antes do dia 14. Para que esse relatório, apoiado e aprovado aqui no Senado, possa ser a base para um amplo entendimento que se pretende em uma nova reunião de conciliação no próximo dia 14", disse Bezerra após o encontro.

Segundo o senador, "caso esse clima de compreensão e colaboração continue", o relatório pode ser votado na sessão de terça-feira (7) ou na de quarta-feira (8). Após a reunião com Décio Padilha, presidente do Comitê Nacional dos Secretários de Fazenda dos Estados e do Distrito Federal (Comsefaz), Bezerra ainda vai se encontrar com o ministro da Economia, Paulo Guedes. "Vou traduzir quais foram as tratativas aqui realizadas", adiantou.

Segundo a proposta, os setores de combustíveis, gás natural, energia elétrica, co-

municações e transporte coletivo seriam classificados como essenciais e indispensáveis, levando à fixação da alíquota do ICMS em um patamar máximo de 17%.

O projeto também determina uma compensação aos estados pela perda com a arrecadação do imposto. Segundo o texto, haverá, até 31 de dezembro de 2022, uma compensação paga pelo governo federal aos estados pela perda de arrecadação do imposto por meio de descontos em parcelas de dividas refinanciadas desses estados federados junto à União.

Também presente no encontro, o senador Jean Paul Prates (PT-RN) disse que as conversas avançaram no que ele chama de parte estrutural. Os setores de telecomunicações e energia só seriam classificados como essenciais a partir de 2024.



Fernando Bezerra (MDB-PE) é ex-líder do governo Bolsonaro no Senado Federal

O texto também determina uma compensação aos estados pela perda com a arrecadação do imposto

Já o diesel, gasolina e gás de cozinha entrariam nessa classificação de imediato. A questão da compensação aos estados, no entanto, não avançou.

"Por enquanto não foi aceita nenhuma fonte de conta ou fundo ou mesmo transferência direta do governo federal para os estados para compensar isso. O governo acha que não tem que fazer essa contribuição

neste momento", disse Jean Paul.

Bezerra destacou o impacto restrito dessas medidas no preço final dos combustíveis ao consumidor. "A dimensão tributária tem um alcance diminuto, a gente está falando de uma diminuição de R\$ 0,10 a R\$ 0,18 no preço da gasolina. Acho que a gente pode evoluir para outras dimensões também".

PRÉ-CANDIDATO

Kleber Rosa comemora aprovação do PL que pune LGBTfobia

DA REDAÇÃO

O pré-candidato ao Governo da Bahia pelo PSOL, professor Kleber Rosa, manifestou seu contentamento com a aprovação do Projeto de Lei nº 22.845/2018, denominado Milena Passos, que ocorreu na tarde desta quarta-feira, 1º, na Assembleia Legislativa da Bahia (ALBA).

O psolista disse enxergar a importância da implementação de uma lei que possa prevenir sanções para atos discriminatórios contra a comunidade

LGBTQIAP+ do Estado. "Fundamental que a gente caminhe para o avanço da sociedade, pensando na garantia de direitos e no respeito às diversas identidades de gênero e de orientação sexual", disse o professor e cientista social.

Garantias

Kleber Rosa disse que o Estado precisa garantir o respeito à diversidade e a promoção da dignidade das pessoas nas suas particularidades e nas suas diferenças. "A Assembleia Legislativa da Bahia está de parabéns e isso

aponta o caminho para onde a gente tem que ir e reafirmo ainda mais a necessidade de lutarmos contra governos que impõem pautas que são de retrocesso", alegou o pré-candidato a governou, que fez críticas ao Governo Federal e ao chefe do executivo nacional.

"A luta contra o bolsonarismo é extremamente necessária e justifica ainda mais o nosso empenho nessa processo eleitoral para que a Bahia e o Brasil sigam o caminho do respeito aos seus cidadãos e às suas cidadãs", completou.

PRÉ-CAMPANHA

Lula defende a formação de cooperativas no Brasil

DA REDAÇÃO

Em encontro ontem no Rio Grande do Sul, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) defendeu o incentivo à formação de cooperativas de trabalhadores como resposta ao desemprego, ao desalento e à crise econômica. As informações são da Revista Veja.

"Eu tenho certeza que o pai de todo mundo aqui queria ser empreendedor. Nenhum é peão de fábrica porque quer! Mas sim por falta de melhores oportunidades", disse em reunião com cooperativistas da região. "Quem sabe, chegou a hora de colocar organização de cooperativas na ordem do dia para esses milhões de brasileiros e brasileiras desalentados".

Ele defendeu que o Brasil se transforme em "exemplo para o mundo" pela quantidade de organizações desse tipo que conseguirá criar. "O que cabe ao governo fazer é criar condições de facilitar a organização, o acesso a crédito e futuramente a compra desses produtos", disse.

Marielle

Na noite da última quarta-feira, também em Porto Alegre, o petista afirmou que "gente" do presidente Bolsonaro "não tem pudor de ter matado a Marielle" [Franco], vereadora do Rio de Janeiro assassinada em 2018.

"Quando a gente não pode se aproximar do governante. Quando o governante

tem um lado obscuro. Porque a gente não sabe a qualidade de todos os milicianos dele. O que a gente sabe é que gente dele não tem pudor de ter matado a Marielle", disse Lula.

A deputada bolsonarista Bia Kicks (PL-DF) usou as redes sociais para responder Lula. "Ex-presidiário afirma: 'Gente do presidente matou a Marielle'. Esse tipo de fake news que pode afetar as eleições será coibido? O pré-candidato Lula será preso ou futuramente será cassado, na remotíssima hipótese de eleito?", escreveu a deputada.

"Alexandre de Moraes, Lula está dizendo q gente do presidente matou a Marielle! Gente dele não tem pudor de ter matado Marielle! Ele estava falando do governo federal quando proferiu essa fala. Não tem criança aqui não! Eu sei, como é fácil crime é só subir hashtag no twitter, publicou o perfil bolsonarista 'TeAtualizei' no Twitter.

Para petista, cabe ao governo federal facilitar e estimular a organização e o acesso ao crédito de novos negócios

"INTERESSE PÚBLICO"

Bolsonaro veta projeto que renomeava Dia dos Indígenas

AGÊNCIA SENADO

O projeto de lei que mudava a designação do Dia do Índio, celebrado em 19 de abril, para Dia dos Povos Indígenas, foi vetado integralmente pelo presidente da República, Jair Bolsonaro. O texto, apoiado pelas lideranças indígenas, havia sido aprovado em maio pela Câmara dos Deputados e pelo Senado. O veto será apreciado em sessão conjunta do Congresso Nacional, que pode manter ou derrubar a decisão do chefe do Poder Executivo.

O PL 5.466/2019 revogava o Decreto-Lei 5.540, de 1943, que considera 19 de abril o Dia do Índio. Para Bolsonaro, "não há interesse público na alteração contida na proposta legislativa". O presidente da República argumenta que a própria Constituição Federal adota a expressão "Dos Índios" para nomear o Capítulo VIII do título sobre a Ordem Social.

O projeto foi apresentado originalmente pela deputada Joënia Wapichana (Rede-RR) e relatada em Plenário pelo senador Fabiano Contarato (PT-ES).

"O termo 'indígena', que significa 'originário', ou 'nativo de um local específico', é uma forma mais precisa pela qual podemos nos referir aos diversos povos que, desde antes da colonização, vivem nas terras que hoje formam o Brasil. O estereótipo do 'índio' alimenta a discriminação, que, por sua vez, instiga a violência", justificou Contarato.

ENTRETENIMENTO



ABRICÓ DE MACACO

50 anos de carreira

JOÃO BOSCO

QUARTETO

05 DE JUNHO | 20H

SALA PRINCIPAL DO TEATRO CASTRO ALVES

REALIZAÇÃO: **Tapis Rouge**

VENDAS: **Symplá**

ASSINANTES DO **CLUBE A TARDE** TÊM **40%** DE DESCONTO

CLUBE A TARDE

Quando se garante os direitos das pessoas trans, heterossexuais e transgêneros, temos uma sociedade mais justa, democrática e igualitária.

POR MAIS POLÍTICAS PÚBLICAS E INCLUSÃO SOCIAL, PARTICIPE DA CAMPANHA #TRANSIGUALDAD

Em caso de dúvidas, entre em contato pelo e-mail: ligas@transigualdad.org.br Ligue 127

Projeto de Lei nº 11.201/2019, que altera o nome da Comissão de Constituição e Justiça e de Processo do Senado Federal para Comissão de Constituição e Justiça e de Processo do Senado Federal e altera o nome da Comissão de Constituição e Justiça e de Processo do Senado Federal para Comissão de Constituição e Justiça e de Processo do Senado Federal

CCJCS - COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE PROCESSO DO SENADO FEDERAL

ANEXO REALIZADO EM TERMO DE ACOMPANHAMENTO DO CADASTRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBAÍ

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 53/2022. Para prestação de serviços no transporte escolar de alunos da rede municipal e estadual, convidando as empresas interessadas a apresentarem as propostas, no prazo de 03 dias úteis. Devem ser enviadas por e-mail para o endereço: setor de licitações. Informações: na CPL, tel. 7436491201, licitacao@ubai.ba.gov.br. Ubaí/Ba, 03 de junho de 2022. Jarbas da Silva Soares, Presidente da CPL.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - SDE GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

AVISO DE REPUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO - CONCORRÊNCIA Nº 001/2022

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO / DIRETORIA DE MERCADOS

Abertura: 08/07/2022, às 10h00min. Objeto: Seleção de proposta para concessão de obra objetivando a ampliação, modernização, manutenção, reparação e pintura da Central de Abastecimento (CEASA-SALVADOR), no município de Salvador/BA. Local da sessão: Auditório da Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado da Bahia. 4ª Avenida Nº 415, Centro Administrativo da Bahia, Salvador, Bahia, CEP 41.745-002. O novo Edital e suas alterações poderão ser obtidos através do site www.compras.ba.gov.br. Os interessados poderão entrar em contato através do e-mail copel@ode.ba.gov.br, telefone (71) 3115-7888/7891 ou presencialmente, de segunda a sexta-feira, das 9h às 18h no endereço: 4ª Avenida Nº 415, Centro Administrativo da Bahia, Salvador - BA, 02/06/2022. Matheus Santana Barbosa - Presidente da Comissão Especial de Licitação.

SDE